



Notícias da Justiça e do Direito nos jornais deste domingo

22/07/2012

Nos últimos 20 dias, ministros Supremo Tribunal Federal concederam pelo menos 23 audiências a advogados dos réus do processo do mensalão, segundo o jornal **Folha de S.Paulo**. O número se refere a cinco ministros —Ayres Britto, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Luiz Fux e Rosa Weber—, que divulgaram suas agendas de compromissos de junho a julho no site do STF. Há indicações de que os mesmos advogados se encontraram com todos os ministros do tribunal, o que elevaria o número de audiências para cerca de 50. O conteúdo das conversas não é divulgado. A explicação para os encontros reservados é a entrega dos memoriais.

Casa Cheia

A coluna **Painel**, da **Folha de S.Paulo**, relata que o Supremo Tribunal Federal ainda não decidiu se o plenário será aberto ao público durante o julgamento do mensalão, quando a corte terá de abrigar advogados e jornalistas do mundo todo.

Resumo

O ministro Joaquim Barbosa, relator do processo, consultou colegas do STF sobre a possibilidade de não ler o voto inteiro durante o julgamento, diz o **Painel**, da **Folha**. Ele sofre de um crônico problema nas costas e estuda a possibilidade de resumir as preliminares e divulgar a versão integral no site do STF. O problema o impede de ficar sentado durante muito tempo.

Na rede

O **Painel**, da **Folha de S.Paulo**, divulga que circula na internet uma petição online para que o ministro do STF Dias Toffoli se declare impedido de julgar o mensalão. Entre as razões alegadas pelos peticionários está o fato de Toffoli ter sido advogado-geral da União e, antes, advogado do PT e de líderes como o ex-ministro José Dirceu, réu no processo.

Prerrogativa de Foro

Na abertura do julgamento, marcada para o dia 2, advogados de réus do mensalão deverão levantar questão da prerrogativa de foro para que os ministros do STF decidam se ainda cabe o deslocamento e a divisão dos autos, informa o **Estado de S.Paulo**. Apenas três dos 38 réus do processo aberto para julgar o maior escândalo da era Lula têm prerrogativa de foro: os deputados federais João Paulo Cunha (PT-SP), Valdemar Costa Neto (PR-SP) e Pedro Henry (PP-MT). Segundo o jornal, é remota a possibilidade de o STF acolher a manifestação.

Áreas de Risco

O Ministério Público do Rio de Janeiro propôs, no fim do ano passado, ações civis públicas em que exige providências para áreas de risco em 121 favelas, informa o **O Globo**. As ações basearam-se em dados da Prefeitura do Rio de Janeiro. Segundo o jornal, já houve 13 sentenças favoráveis ao MP.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2012-jul-22/noticias-justica-direito-jornais-382/>